



PROGRAMA NOVOS RUMOS Relatório de Atividades do ano de 2016

Este relatório descreve os resultados alcançados em relação às principais iniciativas implementadas no decorrer do ano de 2016 pelo Programa Novos Rumos que, em sinergia com magistrados das diversas Comarcas do Estado, Corregedoria de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Estado de Administração Prisional (SEAP) e Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC) Instituto Minas Pela Paz e AVSI Brasil, buscaram ações práticas e concretas em busca da efetividade da Justiça Criminal no Estado de Minas Gerais. Dessa forma, empreendeu-se um grande esforço em torno das seguintes ações:

1 – APAC

Quarenta APACs em funcionamento no Estado de Minas Gerais. A média anual de ocupação das APACs foi de 2.775 recuperandos. Dados apurados no Relatório da SEAP mostram a média de 2.936 recuperandos que cumpriam pena nas quarenta APACs em dezembro de 2016.

PANORAMA DAS APACs NO ESTADO DE MINAS GERAIS – 2016		
Instaladas com Centros de Reintegração Social - CRS em funcionamento	40	Vagas atuais: 3.295
Conveniadas com a SEDS para construção de CRS (em andamento)	07	Novas Vagas (previstas): 684 Alfenas - 120 vagas Barbacena - 120 vagas Itabirito - 84 vagas Manhumirim - 80 vagas Tupaciguara - 80 vagas Uberlândia - 200 vagas

Com o objetivo de permitir novas unidades e a expansão da metodologia foi realizada Audiência Pública em Monte Carmelo em 18 de maio de 2016.

Foi instalado o Centro de Reintegração Social, a partir de aporte orçamentário da SEAP, na Comarca de Nova Lima (Unidade feminina).

Por meio da parceria com o Minas Pela Paz, o Programa Regresso capacitou 705 recuperandos, que foram certificados com o apoio do Sistema FIEMG (SESI/SENAI) nos cursos de: panificação, mecânica básica de automóveis e motos, costura industrial em couro, confeitaria, elétrica predial e pedreiro de alvenaria.

Outra iniciativa que vem gerando grande impacto nos recuperandos são as ações realizadas pelo Tio Flávio Cultural, que também tem o apoio do SENAC. Além das palestras realizadas pelo Tio Flávio, grupos de voluntários são estimulados a realizar diversas ações em prol dos recuperandos e seus familiares. Nas palestras são abordados temas como responsabilização, perdão, sistema prisional comum e APACs, família, sonhos, trabalho, dentre tantos outros que fazem parte do universo dos detentos. Em 2016, 800 recuperandos foram beneficiados por essa ação, em 24 APACs.



Em parceria com o TJMG a AVSI lançou o novo projeto da AVSI - Superando Fronteiras, na AMAGIS com presença do Desembargador Jarbas de Carvalho Ladeira Filho, Coordenador-Geral do Programa Novos Rumos. A AVSI participou do 2º Seminário Internacional de Direitos Humanos em São João Del Rei, organizado pela EJEF TJMG.

Foram desenvolvidas as seguintes atividades de capacitação para funcionários das APACs em parceria com a FBAC com apoio do Programa Novos Rumos:

Atividades	Local	Data	Participantes
Curso para Administradores das APACs	São João Del Rei	13 a 15-03-2016	60
Curso para Encarregados de Tesouraria e Contadores das APACs	Belo Horizonte	07 e 08-05-2016	62
Curso para Ex-recuperandos funcionários das APACs	Itaúna	06 e 07-06-2016	36
1º Encontro sobre ensino e profissionalização nas APACs	Belo Horizonte	18-07-2016	59
Curso de Capacitação para os Encarregados de Segurança das APACs	Frutal	28 a 30/09/2016	60
Total de funcionários capacitados			277

O Programa Novos Rumos recebeu, em 2016, as seguintes delegações interessadas em conhecer o Método APAC:

Delegação	Período de visitação
Colômbia	12 a 18-04-2016
Comitiva da Coreia do Sul	20 a 27-06-2016
Rondônia	20 e 21-06-2016
APAC Portugal	05 a 12-11-2016
APAC Peru	21 a 27-11-2016
Cuiabá	30-11 a 02-12-2016

Foi realizada a VII Campanha Natal Especial nas APACs, uma iniciativa do Programa Novos Rumos em parceria com os diretores de Foros das comarcas e com o Grupo Servidor Solidário, que possibilita o apadrinhamento dos filhos de recuperandos das APACs (0 a 12 anos), com a distribuição de presentes, brinquedos, roupas, durante uma confraternização local, com a participação da família forense, comunidade, recuperandos e seus familiares em que **1.382 crianças receberam presentes de Natal.**

2 – PAI-PJ

O PAI-PJ interveio em cerca de 3.000 processos criminais, durante todo o ano de 2016, sendo que 1.609 indivíduos foram acompanhados pela metodologia de atenção integral



através dos sete núcleos instalados. • 789 pacientes foram acompanhados através dos Núcleos Regionais de Belo Horizonte, Barbacena, Itaúna, Divinópolis, Teófilo Otoni, Ipatinga e Governador Valadares. Além destes, o Núcleo Supervisor, com os articuladores de rede, acompanhou 765 pacientes judiciários do Estado, com medida de segurança aplicada, onde não há Núcleo Regional instalado, até o mês de maio de 2016, quando foram demitidos.

- Além disso, o projeto CATU/PAI-PJ acompanhou 55 adolescentes, até maio de 2016, quando foi desativado.

- O Programa Novos Rumos, visando ampliar núcleos regionais do PAI-PJ, em Minas Gerais, para aplicar a metodologia de atenção integral ao paciente judiciário, envolveu-se em pesquisas e articulações com os gestores municipais para estabelecer as parcerias e convênios necessários à sua expansão. Foi instalado um núcleo na comarca de Juiz de Fora e Uberlândia se apresenta com a possibilidade de instalação para 2017.

- O PROJETO SELEX que foi um projeto fruto da parceria do PAI-PJ e da UFMG que propõe convivência entre adolescentes acompanhados pelo Catu/PAI-PJ e estudantes da UFMG, foi desativado em maio de 2016 e o convênio não será reestabelecido devido o encerramento das atividades do CATU.

- A Revista Responsabilidades - Revista Interdisciplinar do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário do TJMG - uma parceria do PAI-PJ com a CODIT/GEJUR da EJEJF (Coordenação de Publicação e Divulgação de Informação Técnica), não publicou nenhuma revista, devido a restrição orçamentária, contudo duas revistas encontram-se prontas e deverão ser publicadas em 2017.

- A parceira do PAI-PJ com a Residência de Psiquiatria e Multiprofissional da Prefeitura Municipal de BH foi renovada e contará, durante 2 meses, com 4 residentes de psiquiatria e 5 profissionais de saúde mental, além do preceptor. Eles realizaram perícias de cessação e relatórios para subsidiar a autoridade judicial.

- Participação de servidora do PAI-PJ, como conselheira titular no CONAD: Conselho Nacional de Políticas sobre Álcool e outras Drogas, representando a sociedade civil. O conselho é a instância deliberativa e consultiva da política nacional sobre álcool e outras drogas e se reúne trimestralmente, ordinariamente e extraordinariamente, sempre que há alguma pauta urgente.

- O PAI-PJ por ser considerado pelo Ministério da Justiça e Ministério da Saúde como referência nacional para a política de atenção ao paciente judiciário, portador de



sofrimento mental infrator, durante o ano de 2016, diversos de seus servidores foram convidados a participar como expositores em conferências, debates, seminários, capacitação e consultorias em diversas comarcas do interior do Estado, bem como em vários estados da federação, tais como: Estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, além de discussões nas Universidades instaladas em Belo Horizonte de Direito, Psicologia e Serviço Social e junto as redes de saúde de diversas comarcas do Estado de Minas Gerais.

- Durante o ano de 2016 o PAI-PJ realizou, ainda, um encontro de formação permanente, envolvendo a equipe do Programa, com duas mesas de trabalho, no formato de um Ateliê Clínico: “A escrita e sua função na clínica do paciente judiciário: estudo de casos” e “O PAI-PJ e a prática do não-todo” com a participação de convidados nacionais, dirigido aos servidores dos diversos Núcleos Regionais do Programa PAIPJ e aberto a rede municipal de saúde mental.

3 – GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO E DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – GMF/MG

3.1) Projeto Começar de Novo.

Visando dar continuidade ao Projeto Começar de Novo, instituído pela Resolução/CNJ nº. 96, de 27 de outubro de 2009, o GMF/MG acompanha as ações da Secretaria de Estado de Administração Prisional-SEAP de qualificação e capacitação de presos e egressos do sistema prisional, recolhe informações que são consolidadas e repassadas ao DMF, inclusive quanto aos dados de presos cursando ensino superior.

Mensalmente, representantes do Grupo de apoio Administrativo e multiprofissional do GMF/MG participam de reuniões junto ao Executivo Estadual, cujas pautas tratam prioritariamente de assuntos voltados ao ensino e capacitação de reclusos, abordando ações em curso como PRONATEC, APAC, ENEM PPL, reinserção de egressos no mercado de trabalho, e ações futuras que visam melhorias no sistema.

Os resultados do Começar de Novo, obtidos através de dados da Superintendência de Trabalho e Ensino, do Programa de Inclusão Social de Egressos do



Sistema Prisional e da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados/FBAC, relativos ao primeiro semestre de 2016, foram consolidados e encaminhados ao CNJ. Os resultados referentes ao segundo semestre estão em apuração, e serão enviados oportunamente.

Parceria com o Instituto Minas Pela Paz:

5 Unidades Produtivas das APACs (criadas e/ou fortalecidas)
109 recuperandos APACs – Externo – foram contratados
98 recuperandos APACs – Interno – foram contratados

Programa Regresso – Qualificação em 2016	
Atividades realizadas	Pessoas atendidas
Escola móvel SESI/SENAI	705
Qualificação Profissional (SENAI)	80
Cozinha Brasil	60
Projeto Novos Horizontes	19
TOTAL	864

Conforme quadro acima, em 2016, o Minas Pela Paz certificou 705 recuperandos em 25 cursos realizados pela escola móvel do SESI/SENAI, em 20 diferentes APACs, conforme informações e registros a seguir:

APAC / Município	Cursos	Certificados
Itaúna	Panificação	19
Manhuaçu	Mecânica básica de automóveis	26
São João del Rei	Costura industrial em couro	20
Caratinga	Mecânica básica de motos	35
Santa Luzia	Mecânica básica de automóveis	26
Inhapim	Pedreiro de Alvenaria	38
Paracatu	Confeitaria	24
Campo Belo	Elétrica Predial	34
Itaúna	Mecânica básica de automóveis	24
Governador Valadares (APAC feminina)	Costura industrial em couro	20
Viçosa	Confeitaria	27
Patrocínio	Mecânica básica de automóveis	27



Caratinga	Pedreiro de Alvenaria	39
Alfenas	Pedreiro de Alvenaria	22
Pirapora	Mecânica básica de automóveis	27
Inhapim	Mecânico de motos	27
Manhuaçu	Costura Industrial	35
Araxá	Pedreiro de Alvenaria	31
Itaúna (APAC feminina)	Costura em bolsa de couro	22
Ituiutaba	Mecânica básica de automóveis	29
Caratinga	Costura Industrial	39
Lagoa da Prata	Confeitaria	30
Nova Lima	Mecânica básica de automóveis	30
Canápolis	Pedreiro de Alvenaria	22
Rio Piracicaba (APAC feminina)	Confeitaria	32
Total		705

Parceria do Instituto AVSI com o TJMG

- Lançamento do novo projeto da AVSI - Superando Fronteiras, na AMAGIS (<http://www.avsi brasil.org.br/noticias/?id=440&a=2016>)
- 2º Seminário Internacional de Direitos Humanos em São João Del Rei, organizado pela EJEJF TJMG (<http://www.avsi brasil.org.br/noticias/?id=470&a=2016>)

3.2) Patronatos e Conselhos da Comunidade.

O Patronato em Minas Gerais é exercido precipuamente pela Defensoria Pública, além de contar com o auxílio altruísta de Núcleos Jurídicos de Estabelecimentos de Ensino Superior. Acontece, também, por meio da estrutura do Poder Executivo Estadual, mormente pela Superintendência de Atendimento ao Indivíduo Privado de Liberdade, que possui estrutura de assistência jurídica integral e gratuita aos presos e egressos do sistema prisional.

Quanto aos Conselhos da Comunidade, o GMF/MG, alinhado com a Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais, continua estimulando a sua criação em todas as Comarcas do Estado. Nesse sentido, está em vigor a RECOMENDAÇÃO Nº 10/2015/CGJ que trata sobre a obrigatoriedade de instalação do Conselho da



Comunidade nas Comarcas do Estado de Minas Gerais.

3.3) Mutirões Carcerários.

Em 2016, mutirões carcerários foram realizados diretamente nas Comarcas com maior demanda, sob a coordenação dos respectivos Juízes da Execução, tendo o GMF/MG acompanhado o desenvolvimento das ações.

3.4) Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais.

Buscando acompanhar as iniciativas acerca de eventuais projetos relativos à construção e ampliação de estabelecimentos penais no Estado, o GMF/MG solicitou informações sobre projetos novos ou em execução à Subsecretaria de Inovação e Logística do Sistema de Defesa Social – SULOG, atual Subsecretaria de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia, estando pendente a resposta.

3.5) Sistema de Gestão Eletrônica da Execução Penal e Prisões Provisórias.

Tendo em vista a adesão do TJMG ao Sistema Eletrônico de Execução Unificada -SEEU, o GMF/MG vem acompanhando a implantação e ampliação nas Varas de Execução do Estado. Até o momento, mais de 10 mil processos já foram digitalizados. (*Boletim Informativo Interno* n. 474 – Ano XI – 20/01/2017 – Portal TJMG).

Conforme o cronograma de implantação, verifica-se:

a) Unidades implantadas (1): Governador Valadares;

b) Unidades em fase de preparação (15): Barbacena, Belo Horizonte, Caratinga, Carmo do Paranaíba, Contagem, Divinópolis, Formiga, Itajubá, Muriaé, Pará de Minas, Pouso Alegre, Ribeirão das Neves, São João Del-Rei, Sete Lagoas e Teófilo Otoni;

c) Unidades em fase de implantação (11): Betim, Igarapé, Ipatinga, Juiz de fora, Montes Claros, Patrocínio, Ponte Nova, Três Corações, Uberaba, Uberlândia e Unai.

Obs.: Fonte: <http://www.tjmg.jus.br/portal/processos/execucao-penal/sistema-eletronico->



[de-execucao-penal-seeu/implantacao/](#) (Acessado em 19/01/2017)

Quanto ao número de presos provisórios em Minas Gerais, o GMF/MG atuou com finsas à redução deste percentual em relação à população carcerária total, buscando o diálogo com os Juízes da Execução e das Varas Criminais salientando a importância da implementação de medidas desencarceradoras.

Adiante, os dados atuais de presos provisórios e o percentual relativo ao total de presos no período (dados do mês de dezembro de 2016):

- a) Número de presos provisórios (masculino): 29144 – 43,63%
- b) Número de presos provisórios (feminino): 1454 – 2,18%
- c) Total de presos provisórios: 30598 – 45,81%

Obs.: (FONTE: SAIGV/SEAP – mapa carcerário – dados em 20/12/2016)

Com o objetivo de oferecer aos Juízes da Execução opções ao cerceamento de liberdade de presos de baixa periculosidade, buscou-se, junto ao Poder Executivo Estadual, a ampliação da oferta de tornozeleiras eletrônicas, que contava, no último mês do ano, com o seguinte quantitativo:

- a) Número de monitorados: 1.577 (2,31% dos presos do Estado);
- b) Número de vítimas monitoradas: 164;
- c) Equipamento em estoque para uso imediato:
 - c.1) Tornozeleiras (TZPR): 83;
 - c.2) Unidade portátil de rastreamento (UPR): 8;
- d) Capacidade contratual: 3.993

(FONTE: Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica – UGME/SEAP – mapa carcerário – dados em 20/12/2016).

A Secretaria de Estado de Administração Prisional – SEAP se comprometeu a aumentar, consideravelmente, o número de equipamentos de monitoramento eletrônico à disposição dos Juízes para utilização, após tratativas do Supervisor do GMF junto ao Secretário de Estado de Administração Prisional.



3.6) Integração de Órgãos com Atribuições Relativas ao Sistema Carcerário.

Prestigiando a atuação do GMF/MG junto aos demais órgãos ligados ao Sistema Carcerário, no dia 8 de agosto de 2016, durante reunião de trabalho do grupo, autoridades ligadas à área da segurança pública se reuniram para a assinatura de diversos atos normativos com melhorias na política de execução penal no estado. , Na ocasião, foram regulamentados no âmbito Estadual, dentre outros:

- a) O uso de tornozeleiras eletrônicas – Resolução Conjunta SEDS/TJMG/MPMG/DPMG/PMMG/PCMG/OAB – MG nº 205/2016;
- b) O Sistema Eletrônico de Execução Unificada – SEEU – Portaria Conjunta nº 1/PR/2016;
- c) Os recursos decorrentes das prestações pecuniárias – Provimento Conjunto nº. 58/2016, com recente alteração através do Provimento Conjunto 64/2017
- d) As normas para a transferência de presos em cumprimento de pena privativa de liberdade para os Centros de Integração Social (CRS), geridos pelas APACs - Portaria Conjunta nº 538/PR/2016;
- e) O Projeto de remição da pena pela leitura - Resolução conjunta SEDS/TJMG nº 204/2016;

Na mesma oportunidade, foi assinado ato normativo formalizando a desativação, conforme cronograma, de 89 cadeias públicas administradas pela Polícia Civil do Estado.

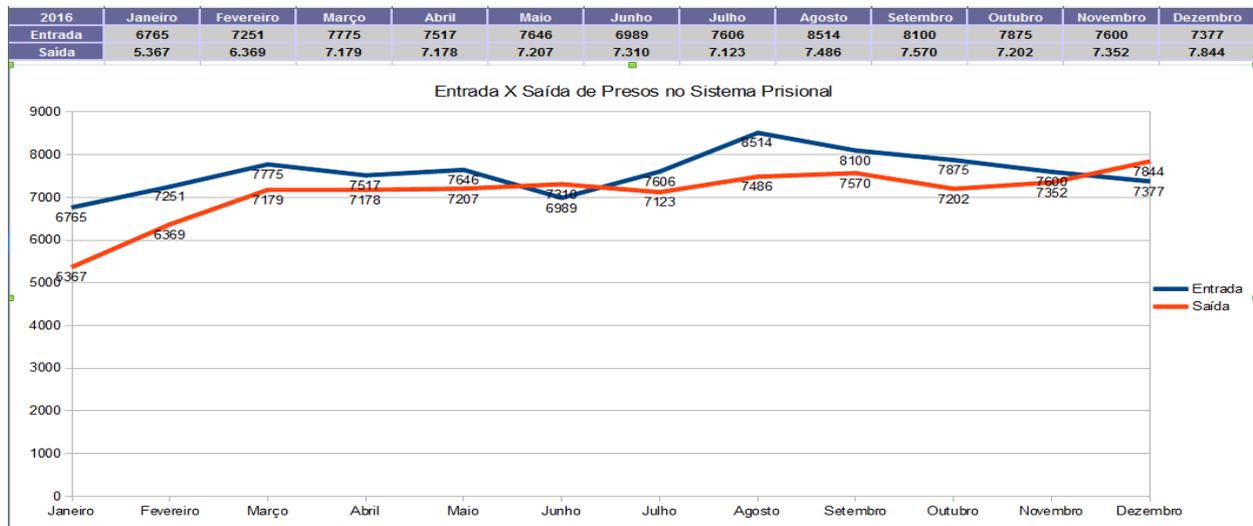
Obs.: Fonte: <http://www.tjmg.jus.br/portal/imprensa/noticias/tjmg-divulga-varias-medidas-para-a-melhoria-da-execucao-penal-2.htm#.WJZ9ckhP5M> (Acessado em 20.01.2017).

3.7) Monitoramento de entrada e saída de presos do sistema carcerário.

Após alinhamento entre a Coordenação do GMF/MG e a SEAP, ocorrida no mês de julho de 2016, o Grupo passou a ser abastecido, mensalmente, com informações referentes aos números do sistema carcerário, resultantes dos levantamentos da SAIGV/SEAP.



Abaixo quadro comparativo do fluxo de entrada e saída de presos do



sistema carcerário:

Fonte: SAIGV/SEAP

As audiências de custódia representam importante elemento nesse processo de redução nos índices de entrada no sistema prisional, já que estão implantadas nas principais Comarcas do Estado.

3.8) Monitoramento da entrada e a saída de adolescentes das unidades do sistema socioeducativo.

Objetivando o levantamento de dados do sistema socioeducativo, a Coordenação do GMF/MG solicitou à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo - SUASE o envio de dados sobre a lotação das unidades do sistema socioeducativo.

Abaixo, quadro comparativo do fluxo de acolhimentos e desligamentos de adolescentes, bem como a lotação total e o número de atendimentos/mês do socioeducativo:

2016	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Acolhidos	557	614	748		637							
Desligados	540	517	712		695							



Lotação	1622	1778	1833		1734							
Atendidos	2162	2296	2547		2429							

Fonte: SUASE

3.9) Monitoramento de prisões provisórias:

Abaixo, dados de prisões provisórias:

2016 (dados consolidados a partir de agosto)	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Masculino	30324	30253	29965	29696	29144
Feminino	1606	1589	1576	1555	1454
Total	31930	31842	31541	31251	30598
Percentual em relação ao total de presos /mês	47,77%	46,99%	46,45%	46,22%	45,81%

Fonte: SAIGV/SEAP

Registramos que, a nosso entendimento, é preciso unificar os critérios para a definição do que é considerado preso provisório para o sistema prisional: se é todo preso que aguarda julgamento pelo cometimento de um crime, independentemente de possuir execução penal em andamento, ou se será apenas o preso primário, ainda sem prolação de sentença penal condenatória.

Essa unificação permitiria a adoção de medidas mais concretas em relação a esse coeficiente, já que, no primeiro caso, não haverá colocação em liberdade, em face da regressão de regime, situação que não se verificará na segunda hipótese.

3.10) Monitoramento de internações provisórias.

Os dados relativos às internações provisórias são monitorados pelo GMF/MG por meio dos mapas mensais enviados pela SUASE e dos relatórios gerenciais do CNACL.

Os últimos dados pesquisados indicam a existência de 6.787 (seis mil setecentos e oitenta e sete) guias de internação provisória (medidas cautelares).



Obs.: Fonte: CNAEL/CNJ - Apuração em 25/01/2017.

3.11) Monitoramento das condições de cumprimento de pena e de pena de prisão provisória.

Em razão das atribuições dos Juizes da Execução relativas às inspeções carcerárias, o GMF/MG tem à sua disposição, como ferramenta de acompanhamento da situação das unidades, acesso aos relatórios disponibilizados pelo CNJ no portal "Geopresídios". São analisadas, também, as informações e denúncias encaminhadas ao Grupo pelos diversos órgãos com atuação no sistema carcerário. 3.12) Monitoramento da condição de cumprimento de medidas de internação por adolescentes em conflito com a lei.

Tendo em conta as atribuições dos Juizes da Infância e Juventude relativas às inspeções carcerárias, o GMF/MG tem à sua disposição, como ferramenta de acompanhamento da situação das unidades, os relatórios disponibilizados no CNIUS, e as informações e denúncias encaminhadas ao Grupo pelos diversos órgãos com atuação no sistema socioeducativo.

3.13) Monitoramento das inspeções periódicas das unidades prisionais e de internação.

Para tanto, o GMF/MG dispõe de relatórios gerenciais produzidos pelos sistemas geopresídios e CNIUS.

3.14) Monitoramento das audiências de custódia.

O sistema de audiência de custódia está em implantação no Estado. Na maioria das comarcas onde estão sendo realizadas audiências de custódia, ainda não houve a adesão ao SISTAC. Tais unidades judiciárias se utilizam de controles internos para registro das audiências. Em 2016, apenas a Comarca de Uberlândia alimentou os dados das audiências diretamente no SISTAC.

Portanto, consta no sistema o registro da realização de apenas 1.585 audiências de custódia (todas da comarca de Uberlândia).



Obs.: Dados do SISTAC/CNJ - Apuração em 25/01/2017.

3.15) Recebimento, processamento e encaminhamento de irregularidades comunicadas.

O GMF/MG recebe comunicações de irregularidades de diversos órgãos com atuação no sistema carcerário e socioeducativo, além das enviadas diretamente por presos e/ou familiares.

Após análise de conteúdo pela Coordenação do Grupo, os expedientes são encaminhados ao órgão/setor competente ou processados no âmbito do próprio GMF/MG, através de solicitações, pedidos de esclarecimentos, pedidos de providências ou, até mesmo, nos casos de maior gravidade, instauração de procedimento administrativo.

Também são instaurados procedimentos administrativos para acompanhamento de presos estrangeiros e pedidos de transferências interestaduais.

No ano de 2016, a Coordenação do GMF/MG autorizou a instauração de 41 procedimentos administrativos e determinou a baixa de outros 40. Assim, permaneceram ativos, no final de 2016, 108 (cento e oito) procedimentos.

Consta, ainda, nos registros do Grupo, o recebimento, em 2016, de correspondências de presos ou familiares, totalizando quinhentos e oitenta e uma missivas sobre assuntos variados, tais como pedidos de transferências de unidades prisionais, pedidos de revisão de benefícios, denúncias diversas, dentre outros.

Está em análise pelo Grupo proposta para instalação de Ouvidorias, destinadas a receber reclamações, sugestões e elogios, seja em relação as instalações físicas das unidades prisionais; em relação a situação prisional/processual das pessoas privadas de liberdade; à atuação dos Magistrados ou eventuais abusos praticados contra as pessoas privadas de liberdade, tudo com vistas à máxima efetividade do monitoramento.

3.16) Monitoramento de pedidos de transferência e de prorrogação de permanência de preso do sistema penitenciário federal.



Em 2016, o GMF/MG não recebeu pedidos de transferência ou prorrogação de permanência de preso do sistema penitenciário federal.

Estas questões são tratadas diretamente pelos Diretores das Unidades Prisionais com a Secretaria de Estado de Administração Prisional e com os Juízes das respectivas Varas de Execução, agilizando o procedimento quando este se fizer necessário.

3.17) Emissão de parecer nos expedientes de interdições parciais ou totais de unidades prisionais ou de internação.

Ao longo do ano, foram solicitados pareceres ao GMF/MG pelos Juízes responsáveis pela Execução nas comarcas de Betim, Caratinga, Lavras e São Francisco, tendo o Grupo deliberado, em reunião ordinária, pela indicação de membros para proferirem os mencionados pareceres, os quais foram devidamente emitidos.

4) Outros assuntos de interesse.

4.1) Destinação de verbas de prestação pecuniária.

Em relação a este ponto, houve considerável avanço.

Em Minas Gerais, adotou-se um edital estadual para destinação das prestações pecuniárias, considerando alguns fatores: 1. pequena quantidade de recursos em várias Comarcas, o que inviabilizaria a destinação; 2. falta de entidades habilitadas a receberem os recursos; 3. falta de condições para a adequada prestação de contas do recurso aplicado; 4. ausência de destinação do recurso por mais de 12 (doze) meses.

Diante da publicação do edital, foram apresentados 322 (trezentos e vinte e dois) projetos por diversas entidades de várias comarcas do Estado. Por ocasião da reunião do GMF/MG, realizada no dia 16 de dezembro de 2016, o Grupo decidiu classificar os projetos apresentados em cinco grupos, considerando o atendimento ou não à finalidade do edital. As propostas foram julgadas, estando pendente apenas a homologação daquelas que receberão os recursos e sua regular destinação, o que deverá ocorrer em breve.



4.2) Ações anuais das Metas ENASP.

Considerando a não fixação da META ENASP/2016 em relação ao levantamento de estoque inicial de processos em tramitação e suspensos, o GMF/MG concentrou esforços na divulgação, acompanhamento e consolidação de dados do Mês Nacional do Júri – novembro de 2016.

Abaixo, os resultados apurados no período:

- a) Total de processos pautados: 564
- b) Total de júris realizados: 479
- c) Total de júris não realizados/adiados: 85

Fonte: DIRFOR/TJMG

4.3) Conselhos Estadual e Municipal de Políticas Sobre Drogas.

O GMF/MG participou da composição dos referidos conselhos, tendo sido representado pela Coordenação do Grupo, que participou de reuniões periódicas para tratar deste assunto com vasta conexão aos temas específicos do sistema carcerário.

4.4) Grupo interinstitucional de gestão da política prisional.

O grupo interinstitucional, formado por representantes de vários órgãos ligados ao sistema carcerário, se reúne na sede do Programa Novos Rumos/GMF/MG, e obteve, como principal resultado dos encontros em 2016, a conclusão das tratativas da regulamentação da monitoração eletrônica em Minas Gerais.

A referida demanda, pela complexidade do tema e diversidade de debatedores, necessitou de vários encontros para alinhamento das proposições e fechamento do texto, o qual foi assinado por representantes do Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Estado de Defesa Social, atual Secretaria de Estado de Administração Prisional, Ordem dos Advogados do Brasil, Polícia Militar e Polícia Civil.



4.5) Monitoramento de vagas disponíveis nas APACs.

Tornou-se uma constante os esforços do GMF/MG junto aos Juízes da Execução das comarcas que possuem Centro de Reintegração Social – CRS, geridos pelas APACs, no sentido de incentivar a máxima ocupação das unidades.

Dentre as ações práticas, destaca-se a instituição de grupo de trabalho envolvendo o TJMG e a SEAP, com o objetivo de criar listas de presos interessados em transferência para os referidos CRS. Tal providência visa atender os termos do parágrafo único, do art. 2º-A, da Portaria Conjunta nº. 538/PR/2016, que atribui ao GMF/MG e à SAIGV/SEAP a indicação de sentenciados para ocuparem vagas ociosas nas APACs, caso a vaga decorra de ausência de sentenciado da comarca com perfil adequado para admissão.

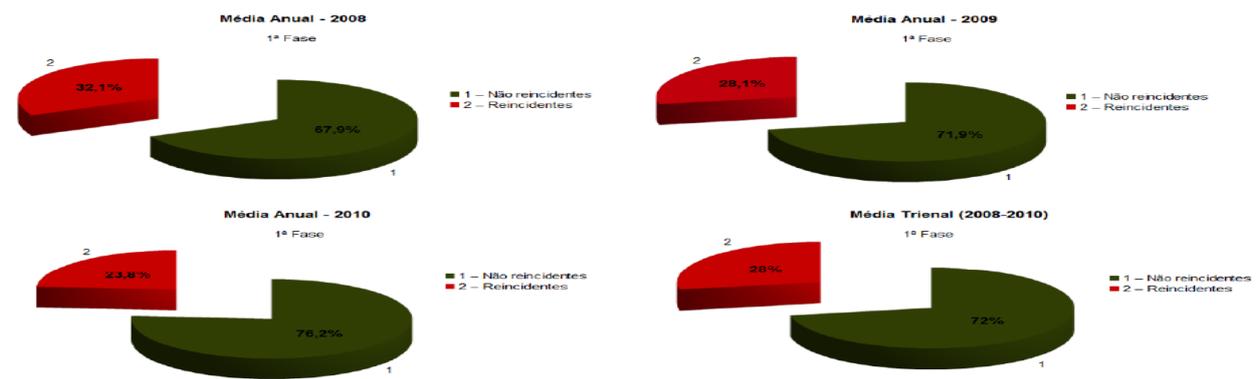
4.6) Estudo estatístico de reincidência dos recuperandos das APACs.

O GMF/MG realizou, no ano de 2016, estudo estatístico sobre a reincidência nas Associações de Proteção e Assistência ao Condenado – APACs. O trabalho objetivou calcular os índices anuais de reincidência, a partir do ano de 2008, dos recuperandos e ex-recuperandos das Associações de Proteção e Assistência ao Condenado (APACs) em funcionamento no Estado de Minas Gerais, de modo a possibilitar uma análise comparativa posterior com os índices de reincidência do sistema prisional comum.

A iniciativa se deveu à necessidade de dados com maior rigor técnico acerca do tema e certamente servirá de base para futuros levantamentos e análises da eficiência do sistema quanto aos critérios de ressocialização.

O referido relatório apresentou os índices de reincidência anuais de cada APAC, bem como o índice geral das APACs do Estado de Minas Gerais, em cada ano considerado e no triênio 2008/2010.

Abaixo, os resultados apresentados:



4.6) Reuniões do GMF/MG.

Foram realizadas cinco reuniões ordinárias do GMG/MG em 2016 com o objetivo de debater temas pertinentes à Execução Penal no Estado de Minas Gerais, nos dias, 02 de maio, 06 de junho, sob a Supervisão do Desembargador José Antônio Braga e nos dias 08 de agosto, 10 de outubro e 16 de dezembro, já na gestão Desembargador Marcílio Eustáquio Santos, então Supervisor do Grupo.